Tópicos de correcção

Tem-se presente os termos dialógicos que marcam o ensino de IED, na turma C (bem evidenciados no diálogo estabelecido com a Lição do Professor Decano de Jurídicas, Senhor Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa). Assim, as respostas são valorizadas sempre que esse diálogo nelas transpareça.

I

(Previsão) se se está na fase de negociações,
(estatuição) então, é devido observar os deveres da boa fé;
(previsão da 2.ª norma – norma sancionatória) se esses deveres não são cumpridos,
(estatuição) então, é devida uma indemnização.

A afirmação é incorrecta: entre o artigo e a norma há a interpretação; e pode haver artigos reveladores de mais do que uma norma, de uma norma, de norma sobre normas, de elementos jurídicos constitutivos de uma norma (como seja o significado de uma palavra usada na lei).

II

1.

Facto cuja legitimidade nomogenética decorre da lei.

A afirmação é correcta: no caso de polissemia, a eleição de certo significado pode ser ditada pelo elemento sistemático: aproveitamento da norma, evitando a sua invalidade por contrariar norma hierarquicamente superior (seja esta da Constituição, seja esta de convenção internacional, atento o disposto no art. 8.º/2, CRP).

2.

O Código Civil, no art. 9.º prima pela neutralidade, com a fórmula “pensamento legislativo”; no entanto, no n.º 3 evidencia dados subjectivistas, com a referência ao legislador.

A primeira parte da afirmação é incorrecta, pois realidades meramente psicológicas não são juridicamente cognoscíveis nem relevantes – necessário é a sua exteriorização (pelo texto legal ou por trabalhos preparatórios); a segunda parte pode revelar-se correcta – sempre que o intérprete considera o texto legal vazio de significado, carecendo, pois, do significado que o intérprete a ele impute.

3.

No art. 9.º, *grosso modo*, nas “circunstâncias em que a lei foi elaborada” (pois conhecer a *occasio* ilumina a *ratio*); no art. 10.º, no seu n.º 2, com as “razões...”.

A afirmação é incorrecta: a interpretação declarativa pressupõe o atendimento a todos os elementos, constatando-se, no final, que o sentido literal coincide com o sentido definitivo.

III

1.

O sentido decorrente das entrevistas não tem cabimento (exigível pelo disposto no art. 9.º/2, do Código Civil) nas [inexistentes] palavras do próprio diploma; nem nas palavras do art. 2.º da Lei 74/98. Cabe ao legislador corrigir-se.

O costume é fonte mediata, atento o disposto no art. 203.º, CRP (“apenas”). Ora, não há norma legal a remeter para esse costume. Assim, não é aplicável.

2.

Trata-se de norma excepcional, atenta a liberdade negocial. Assim, não é aplicável por analogia (art. 11.º, Código Civil).